



## **A HISTÓRIA DAS ELEIÇÕES NO 2º TURNO DE 2002**

### **Apontamentos sobre a cobertura jornalística de política na Folha de São Paulo**

**Melissa Carolina de Moura**

Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Comunicação Social – UMESP

#### **Introdução**

A política é certamente a pauta diária do jornalismo brasileiro. O surgimento da imprensa com o intuito de apresentar e debater ideais políticos, tornar público os direitos políticos de cada cidadão, relatando os fatos na sua veracidade, importância e interesse coletivo e, a busca da democratização da informação. Entretanto, ao acompanharmos parte de um período histórico de cobertura política no jornalismo, encontramos a intangibilidade desses ideais.

A História das Eleições no 2º turno de 2002, no Brasil, traz reflexões sobre a cobertura jornalística de política realizada em um veículo de comunicação que pode ser considerado como um dos maiores quanto à tiragem, periodicidade e circulação nacional – o jornal paulista *Folha de S.Paulo*.

O presente artigo propõe a discussão de alguns apontamentos: a imprensa brasileira e o compromisso político - a influência do modelo norte-americano de jornalismo independente e; o processo de organização e produção da notícia e sua relação com a *imparcialidade* – o jornalismo informativo dentro da cobertura de política no veículo em questão.

No entanto, é interessante uma breve abordagem histórica sobre o Processo Eleitoral no Brasil e sua relação com a Imprensa, além de um resgate de conceitos sobre política, “objetividade jornalística” para situarmos os apontamentos verificados.



## Breve abordagem histórica da Imprensa e das Eleições no Brasil

### A Imprensa

A contar dos anos de descobrimento do Brasil à introdução da Impressão Régia em meados do século XVIII, oficialmente século XIX, o nascimento da Imprensa no país foi considerado tardio. “A imprensa surgiria, finalmente, no Brasil – e ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial -, com o advento da Corte de D. João”. (SODRÉ, 1999, p.19). A Impressão Régia serviria exclusivamente para publicação da legislação e de papéis diplomáticos.

Em 1808, surge o primeiro jornal do país, o *Correio Braziliense* - por iniciativa de Hipólito da Costa, era produzido e impresso em Londres, trazia notícias internacionais, chegava segundo historiadores, clandestinamente ao Brasil, dois meses depois do *Correio*, surgia a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial do Império.

Relações entre imprensa e política certamente não viriam do acaso; os problemas da imprensa seriam de ordem política, segundo Sodré. (SODRÉ, 1999, p. 34)

“Considerar essa imprensa áulica - impressa no Brasil ou fora do Brasil – como brasileira, e mesmo como imprensa, parece exagero. Nenhum critério, salvo o simplesmente cronológico, fundamenta essa consideração, de todo imerecida. A fase serve, entretanto, para caracterizar a adversidade de condições políticas para o estabelecimento da imprensa. Porque, na verdade, as condições materiais começavam a surgir. Eram insuficientes, tomadas isoladamente, para permitir o aparecimento de periodismo regular, mesmo em bases modestas, porque faltavam as condições políticas. Quando estas surgiram, existindo as materiais, a imprensa teve função efetiva, desempenhou um papel. Claro que a função e o papel que lhe permitiam todas as condições, em conjunto, e com a influência proporcional a esse conjunto de condições. Por aí se começa a verificar como o problema da imprensa é, na realidade, em última análise, político”.

Para entender o desenvolvimento da imprensa no Brasil, seria preciso descrever todo o processo político que desencadeou o fim da colonização portuguesa, a conquista da Independência, paralelo aos interesses sócio-econômicos-políticos e culturais não somente luso, como também europeus e, não é este o objetivo do artigo, exposto no decorrer do texto.



## As eleições e a imprensa

O primeiro código eleitoral aplicado no Brasil era o chamado *Ordenações do Reino*, elaborado em Portugal no fim da Idade Média, foi utilizado até 1828. Com o fim do Império, através da Proclamação da República em 1822, Dom Pedro I determina a elaboração da primeira Legislação Eleitoral, produzida no país, que foi publicada também no ano da Independência. Leis e, mais leis foram determinadas e revogadas no período colonial e imperial, da censura *joanina* à censura republicana.

O período republicano trouxe o Sufrágio Universal, mas isso não significou que todos os brasileiros pudessem votar ou se candidatar.

Simultaneamente, o surgimento dos grandes e atuais veículos de comunicação; o jornal *A província* passa a se chamar *O Estado de S. Paulo*; Júlio Mesquita torna-se destaque entre os cronistas políticos da época, assumindo a direção do jornal. A política na Imprensa brasileira também era ilustrada através dos pasquins, nas artes gráficas – charges e caricaturas.

Em 1964, *Brasil do Regime Militar*, surgem várias publicações contrárias ao Governo. Em 1965, o General Castello Branco baixa o AI-2, permitindo que o Presidente da República violasse a Liberdade de Imprensa garantida anteriormente pela Lei de 1953. As restrições aumentaram com AI-5 de 1968, que fecha o Congresso Nacional e impõe total controle dos meios de comunicação de massa. Em 1966, a editora Abril lança a *Revista Realidade*, marco do jornalismo brasileiro pelo caráter investigativo de suas reportagens. Neste mesmo ano, ocorre a fundação da primeira agência de notícias do país, a *agência JB*, do grupo Jornal do Brasil. Em 1970, a *agência Estado* e, em 1994, a *agência Folha*.

A *Campanha Diretas-Já* - pela eleição direta para Presidente da República é promovida pelo jornal Folha de S. Paulo, em 1984. (SILVA, 1988)

Vale aqui ressaltar algo sobre o voto, pois se na Idade Média o voto era censitário, onde podia ser eleitor apenas os homens livres, além da escolha política ser pública, ou melhor, o voto não era secreto; hoje, século XXI, ainda encontra-se no Brasil, o famoso *voto de cabresto*, proibido, porém executado informalmente, entre outras formas de votar, em plena, ou que supõe, *democracia eleitoral* – regida pela Lei Máxima do país – em que todo brasileiro tem direito ao voto, independente de sexo, classe social e econômica, e de grau de escolaridade, facultativo dos 16 aos 18 anos e após 60 anos de idade, entretanto, todo



brasileiro não somente tem o direito de votar, como também é obrigado a votar sob a justificativa de exercer a sua cidadania.

A imprensa está diretamente envolvida na história das eleições, atribui-se a ela a conquista de Fernando Collor de Melo, assim como o processo de Impeachment com o *Movimento dos Caras Pintada*.

Em 2002, não parece ter sido diferente.

“Depois de três eleições diretas para presidente, muita coisa mudou na cobertura jornalística brasileira, tanto no que diz respeito à imparcialidade dos veículos de comunicação, à preocupação com o espaço destinado a cada candidato, quanto ao direcionamento da discussão para temas de interesse público”. (In: *Do Outro Lado do Balcão*, 2003, p.19)

O objetivo principal deste artigo é destacar os apontamentos que surgiram na cobertura jornalística dentro do período histórico - Eleições no 2º turno de 2002 no Brasil. O cenário, obrigatoriamente, apresentou dois candidatos à Presidência da República: José Serra (PSDB) e Luis Inácio Lula da Silva (PT); o primeiro - candidato da situação – discursava pela continuidade (sem continuísmo) do governo de FHC e, o segundo – de oposição, candidatando-se pela quarta vez ao pleito da Presidência –acompanhado do slogan *Agora é Lula*.

## **Metodologia**

Este artigo, utilizou-se de uma metodologia histórico-descritiva; propõe reflexões que buscam subsídios para a Dissertação de Pós Graduação em Comunicação que vem sendo desenvolvida na UMESP, pré-intitulada: “A História das Eleições no 2º turno de 2002 – a cobertura jornalística de política na Folha de São Paulo”, considerando o período de campanha política de 2º turno a partir da volta da Propaganda Eleitoral Gratuita nas emissoras de Rádio e Televisão até o dia que antecedeu a votação (26 de outubro de 2002).



## Os Apontamentos

Propõe-se dois apontamentos para discussão:

- a) A imprensa brasileira e o compromisso político - a influência do modelo norte-americano de jornalismo independente;
- b) O processo de organização e produção da notícia e sua relação com a *imparcialidade* – o jornalismo informativo dentro da cobertura de política no jornal Folha de S. Paulo.

### O primeiro apontamento

#### **a) A imprensa brasileira e o compromisso político – a influência do modelo norte-americano de jornalismo independente.**

Da sua origem aos dias atuais, a imprensa brasileira não traz mudanças significativas ao considerarmos que as grandes organizações de comunicação ainda estão ligadas a políticos.

Porém, não devemos desconsiderar que os meios de comunicação tiveram um papel importante, senão fundamental, dentro da História Política do Brasil. Sem contar a relevância das novas tecnologias.

Na política, ocorreu a mudança de um governo - considerado de direita – governo da situação, para outro - considerado de esquerda – governo de oposição; não foi somente a vitória à Presidência da República de um candidato da oposição, foi a participação parcial da mídia jornalística impressa e eletrônica e de uma campanha massiva de marketing eleitoral.

Uma questão abordada em estudos atualmente, “...*é em que termos a imprensa brasileira define hoje o seu compromisso político? Neste sentido, a tentação de se julgar o jornalismo brasileiro pelo modelo americano de jornalismo independente é grande...*”. (ALBUQUERQUE, 2000, p. 23)

Porém, a influência do modelo norte-americano de jornalismo independente, tem ocorrido mais na teoria do que na prática, segundo Afonso de Albuquerque (2000, p.20).

“Como regra geral, as principais organizações jornalísticas brasileiras professam sua fé no modelo norte-americano de jornalismo ‘independente’, e no seu compromisso com a ‘objetividade jornalística’, mas na prática a sua atuação tem destoado consideravelmente deste modelo”.

Albuquerque complementa citando Silvio Waisbord, que diz que os sinais do mercado tiveram maior peso nos jornais norte-americanos, enquanto que no Brasil, o assunto em pauta era o Estado.

Enquanto a ‘objetividade jornalística’ e a independência do jornalismo norte-americano; no jornalismo brasileiro, principalmente os informativos de Caderno de Política, trazem as agendas diárias de campanhas eleitorais, conotam em notas curtas a falta de autonomia do jornalista frente à organização em que está vinculado; quem recebe o mérito é o veículo de comunicação, e é ele que detém o poder da notícia de acordo com seus interesses políticos; aqui a política considerada não mais enquanto uma ciência, mas numa perspectiva ideológica como uma fonte de poder maior e que têm interesses particulares e não coletivos.

Enquanto fóruns de discussão profissional debatem e defendem que os veículos de comunicação passaram por sérias mudanças, e que na realidade se aproximam muito do modelo norte-americano, justificando que falta repertório aos jornalistas, e que estes deveriam ocupar sua independência de forma séria, com credibilidade, sem convicções particulares.

Outro elemento, destacado também por Albuquerque(2000, p.21):

“...é o grau de profissionalização da atividade jornalística nos dois países, muito maior nos Estados Unidos do que no Brasil, ... diferenças... questões como o valor da remuneração dos profissionais jornalistas, às suas condições de trabalho e o respeito às suas garantias trabalhistas nos dois países”.

O autor fundamenta a sua argumentação, destacando a margem de autonomia de que jornalistas têm entre si, já descrita anteriormente no presente artigo, além do estabelecimento do perfil do profissional de jornalismo, quanto ao caráter ético e seu compromisso social e político na distribuição da informação.

A imprensa brasileira teria cumprido o compromisso político, na cobertura jornalística de política durante o período eleitoral de 2º turno para Presidente da República no Brasil? Quais foram as mediações dentro desse processo histórico sofridas pelos veículos de comunicação? Se elas ocorreram, sob quais perspectivas? E o Jornalismo Independente ditado pelo veículo Folha de S. Paulo? Mas o que é o jornalismo político, qual a sua função, quais os seus papéis? Como conceber o jornalismo político numa campanha eleitoral?



## **O segundo apontamento**

### **b) O processo de organização e produção da notícia e sua relação com a *imparcialidade* – o jornalismo informativo dentro da cobertura de política no jornal Folha de S. Paulo.**

A cobertura jornalística de política não se limitou a um momento histórico, como também buscou intervir em outros momentos históricos.

A história, porém, não foi só uma sugestão de pauta – jargão jornalístico utilizado nas redações quando os repórteres apuram as informações que se tornarão notícia. A história talvez tenha sido um elemento mais decisivo dentro da cobertura política. Os elementos que compõem a história dos fatos, a construção da notícia, e a montagem do “produto” que chegará nas bancas no dia seguinte, propõem uma reflexão quanto aos conceitos que envolvem a elaboração de um periódico.

Conceitos de imparcialidade e “objetividade jornalística”, e sua relação com o processo de organização e produção da notícia, se é que este processo pode ser considerado somente numa perspectiva teórica.

Refletir sobre a objetividade jornalística, impossível de ser encontrada segundo Clóvis Rossi (1981), e a sua busca inconstante através do tratamento da notícia. O modelo de jornalismo norte-americano suscita o princípio da objetividade, e que no Brasil, é transportado dentro de outra realidade.

A parcialidade ideológica explícita da mídia, e sua intervenção no processo histórico-político no Brasil, e a “isenção” da cobertura jornalística nas duas últimas eleições para Presidência da República. Desperta-se a reflexão do papel atual da mídia nas eleições e as mediações sofridas por ela advindas do processo histórico-político-social e econômico do país. Não há mais eleições sem a presença dos meios de comunicação, e eles estão em todos os lugares todo o tempo. Considerando a importância da mídia como difusora de informações de interesse coletivo é possível supor que as eleições ocorram como um fenômeno mais noticioso que político, porém a notícia não só como informação, mas também como a conotação da linha editorial de um veículo de comunicação.

A partir da análise da cobertura jornalística no período eleitoral de 1998, descrita em estudos já vinculados a este período, observa-se a “isenção” da mídia na

cobertura eleitoral – talvez a busca da imparcialidade – objetividade ou um “silenciamento” jornalístico, ou então a imprensa venha sofrendo mediações histórico políticas.

O que seria esta isenção jornalística, de onde viria, que tipo de mediações teriam sofrido os veículos de comunicação? Há preocupações políticas do veículo de comunicação com a época, há interesses envolvidos na construção da notícia eleitoral? Há contribuições para a “isenção” ou manipulação da mídia numa cobertura jornalística de política?

Jornais se abastecem de fatos; é explícito em uma cobertura de política, dentro de um período eleitoral, as notícias sobre as agendas dos candidatos trazerem desde o café da manhã até a palestra ministrada a empresários de um setor; mas as notas informativas, que trazem meras indicações do que tenha ocorrido em determinado acontecimento, e a conotação da linha editorial do veículo de comunicação desde a reunião de pauta, a produção desta nota e a sua edição, é pertinente se considerarmos o conceito de que uma nota não deve conter conotações, para isso, o espaço destinado a articulistas e ao próprio veículo, quando traz geralmente na página 2, o editorial. Então como noticiar os fatos que se referem à política? Quais os critérios? Seriam os nortes-americanos?

Como é o processo de organização e produção da notícia na editoria de política na imprensa brasileira, e como ele teria ocorrido num dos jornais de maior circulação e tiragem como a Folha de São Paulo no período correspondente ao 2º turno das eleições de 2002?

A relação do jornalista com a história; a narração superficial do fato devido ao distanciamento de quem narra ao fato narrado. O sujeito que constrói a notícia e a relação do discurso sobre a história. Fernando Resende cita Edgar Morin, abordar o papel do jornal e do jornalista no espaço público contemporâneo – “Morin ajuda-nos a entender que os sujeitos que narram a contemporaneidade são os mesmos que se apropriam do saber contemporâneo”.

A elaboração de um jornal, a linha editorial de um veículo de comunicação, o planejamento de comunicação segundo Juan Diaz Bordenave. Os bastidores de uma reportagem segundo Gilberto Dimenstein e Ricardo Kotscho.





## Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ANGRIMANI, Danilo. *Espreme que sai sangue - Um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo, Summus, 1994.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aqui você vê a verdade na teve. A propaganda política na televisão*. Afonso de Albuquerque. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Um outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil*. Contracampo: Revista Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, 2000.
- BELTRÃO, Luiz . *A imprensa informativa - Técnica da notícia e da reportagem no jornal diário*. São Paulo, Folco Masucci, 1969.
- BERNSTEIN, Carl, e WOODWARD, Bob. *Todos os homens do Presidente*. Rio, Francisco Alves, 1976.
- BORDENAVE, Juan Diaz & CARVALHO, Horácio Martins de. *Comunicação e planejamento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1979.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- CONTI, Mario Sergio - *Notícias do Planalto - A imprensa e Fernando Collor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- DIMENSTAIN, Gilberto & KOTSCHO. *A aventura da reportagem*. São Paulo: Summus, 1990.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal*, São Paulo, Summus, 1986.
- \_\_\_\_\_. *100 páginas que fizeram história (org.)*, São Paulo, LF&N, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A imprensa em questão (Com Melo, José Marques de e Vogt, Carlos) –* Campinas, Unicamp, 1997.
- ERBOLATO, Mário. *Técnicas de codificação em jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978, atualizado em edição da Ática de 1991.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*. 1987.
- IMPrensa (1998). *O presidente e a imprensa*. Nº 135, p 12.
- KOTSCHO, Ricardo. *A Prática da Reportagem*. 3ª edição, Ática.
- LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. São Paulo: Ática, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Linguagem Jornalística*. 4ª edição, Ática.
- LE GOFF, Jacque. *História*. In: Enciclopédia Memória e História. Vol.I, s.d.



- MARCONDES FILHO, Ciro. *Política e imaginário nos meios de comunicação para massas no Brasil (org.)*. São Paulo, Summus
- \_\_\_\_\_. *Quem manipula quem?*, Petrópolis, Vozes, 1986.
- MCLUHAN, Marshal. *Os meios de comunicação como extensão do Homem*. São Paulo, Cultrix, 1969.
- MEDINA, Cremilda. *O jornalismo na Nova República (org.)*. São Paulo, Summus, 1987.
- MIÈGE, Bernard. *El espacio público visitado de nuevo (I) e (II)*. In: Miège, B. La sociedad conquistada por la comunicación. Barcelona: ESRP/PPU, 1992.
- MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Publicações Europa – América, s.d..
- MORAN, José Manuel. *Leituras dos meios de Comunicação*. São Paulo: Pancast, 1993.
- RAMONET, Ignácio. *A Tirania da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- RESENDE, Fernando. *O jornal e o jornalista: atores sociais no espaço público contemporâneo*. In: Novos Olhares. Revista de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Mediáticos. Ano II – número 3 – 1999.
- ROSSI, Clóvis. *O que é o jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SANTOS, Boa Ventura. ***O Social e o Político na Transição Pós-Moderna***.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991.
- SODRÉ, Nelson W. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.
- Produção e recepção dos sentidos midiáticos/ Organizadores Antonio Albino Canelas Rubim, Ione Maria Ghislene Bentz, Milton José Pinto. Petrópolis- RJ: Vozes, 1998.